

# Lei da Anistia

## STF decide manter torturadores impunes

Presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, afirma que a decisão do Supremo é um retrocesso que dá um passe livre para os torturadores de hoje

PÁGINAS 4 e 5



## FICHA LIMPA

Lei determina que candidatos em débito com a justiça estão inelegíveis

## A volta do futebol-arte é possível

Com a desclassificação da seleção brasileira, reeditando 2006, nas quartas-de-final, uma discussão sempre recorrente na imprensa brasileira volta à tona: o futebol-arte tem futuro? A história das participações brasileiras em Copas do Mundo mostra, diferentemente do que Dunga tentou impor, que é possível jogar dentro de nossas características e ser vitorioso.

Senão, vejamos. A seleção que mais encantou os brasileiros foi a de 1982. Infelizmente, perdemos para a Itália, tudo começando por uma bobada do Toninho Cerezo. A partir daí criou-se a falsa impressão que nossa maior debilidade era não colocarmos um pouco da organização e estilo europeus na nossa forma de jogar. Apesar de isto ter sido desmentido pelos fatos, até agora não se conseguiu superar este preconceito. Em 1994, Romário convocado tardiamente passa a ser peça fundamental na conquista da copa daquele ano. E usando o mais fino do futebol-arte. Em 1962, Mané Garrincha, geneticamente talhado para o drible, tinha feito o mesmo, desmoralizando as defesas adversárias.

O fracasso da seleção de Dunga pode perfeitamente ser o início da formação de uma seleção no mais genuíno estilo brasileiro de jogar, que procura incansavelmente o gol, mas reconhece que no espaço futebolístico a menor distância entre dois pontos pode ser uma curva, não dispensa o drible, o passe sinuoso e o jeito moleque de jogar que é como somos na vida real. A seleção de Dunga, mais do que burocrática era “chatocrática” e sem controle emocional, igualzinha a ele que no jogo contra a Holanda demonstrou total descontrole emocional ao menor erro do juiz. Além disso, tentou impor uma vida monástica entre os jogadores, o que só piorou nossa seleção. E, mais importante que isso, é ver que as melhores seleções atuais, como a alemã e a holandesa, estão deixando a rigidez dos esquemas e o estilo “militarizado” de jogar e aderindo ao futebol-arte. Só o Dunga e seus seguidores não perceberam que o futebol mudou.

## Insistência derrotista

▪ LUIZ ALFREDO SALOMÃO

São realmente impressionantes as dimensões do que está acontecendo no Brasil e do que está programado para o futuro, principalmente em matéria de energia, logística, mineração, educação, agropecuária familiar e agronegócio e saúde, bem como na redução das desigualdades regionais, de gênero e etnias.

Com a estagnação prevista para a Europa e a recuperação duvidosa dos EUA e do Japão, o Brasil deverá ultrapassar vários países no que diz respeito ao tamanho da economia, para se tornar o quarto ou quinto maior PIB. Vai melhorar consideravelmente seus indicadores sociais de saúde, educação e acesso aos serviços públicos essenciais, equiparando-se seu IDH aos níveis atuais dos países desenvolvidos.

Porém, é surpreendente que ainda haja resistência — os que insistem em tentar demonstrar que o Brasil não pode crescer 7% anuais.

Há os que não acreditam na capacidade de transformação do Brasil e estimam a taxa de crescimento do “PIB potencial” de 3% ao ano. Há os menos pessimistas que arriscam no máximo 4,5%, por conta da “insuficiência” da poupança doméstica e insustentabilidade do ingresso de poupança externa a longo prazo. É como se o nível de poupança fosse um pré-requisito determinante para elevarmos a taxa de investimento para algo em torno de 25% do PIB,

ao invés de uma variável “ex post” ditada pelas necessidades de formação de capital fixo.

Ambos os tipos de derrotistas parecem ignorar em seus modelos a existência de mercados de crédito e de capitais, bem como o alto grau de financeirização da economia brasileira, provocada por elevadíssimas taxas de juros durante longos períodos.

Talvez desconsiderem também a existência de oportunidades excepcionais de investimento, como

a produção do pré-sal, a exploração das florestas com manejo sustentável e desmatamento zero e a transformação tecnológica para uma economia de baixo carbono.

Isso sem contar as oportunidades que surgirão à medida que for melhorado o mapeamento do país e eliminado o “apagão” cartográfico. Para os derrotistas, o Brasil não pode crescer aceleradamente porque não é a China ou a Índia. Ocultam

que crescemos, em média, a 7,4% ao ano entre 1950-1980. O mais grave é que tal postura conservadora contaminou até mesmo parte significativa da administração pública.

O Brasil pode e deve crescer aceleradamente e sem inflação. Especialmente se os próximos governos souberem colher os frutos do bônus demográfico e aumentar a produtividade dos trabalhadores, elevando sua escolaridade e preparo técnico.

**O Brasil pode e deve crescer aceleradamente e sem inflação. Especialmente se os próximos governos souberem colher os frutos do bônus demográfico e aumentar a produtividade dos trabalhadores, elevando sua escolaridade e preparo técnico.**

Luiz Alfredo Salomão é secretário executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

• Texto publicado originalmente no O Globo, em 13 de junho de 2010



**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

**CONSELHO EDITORIAL**  
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

**CONSELHO FISCAL**  
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0XX 21) 3505-0733 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) Correiho eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

JORNAL DO  
**Engenheiro**

Edição: Júlia Gaspar  
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos  
E-mail: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal  
Impressão: Monitor Mercantil

# Fisenge continuará como membro efetivo do CONCIDADES

## Avanços, Dificuldades e Desafios na Implantação da Política de Desenvolvimento Urbano

Fernando Turino, diretor do SENGE-RJ

A 4ª Conferência Nacional das Cidades foi realizada em Brasília, no período de 19 a 23 de junho de 2010, promovida pelo Ministério das Cidades e organizada pelo Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES). Estiveram presentes no evento o Presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos; os diretores Clóvis Nascimento e Fernando Turino; o Conselheiro Rubem Corveto; e a militante Uiera Martins de Carvalho. Rubem Corveto e Uiera Martins ficaram como delegados do estado do Rio na Conferência Nacional, representando o SENGE-RJ. A Fisenge, no processo eletivo, continuará como membro efetivo do CONCIDADES, dentro do segmento dos trabalhadores.

O tema dessa Conferência foi “Avanços, Dificuldades e Desafios na

Implantação da Política de Desenvolvimento Urbano” e foi subdividida em quatro eixos de abordagem: Criação e implantação de Conselhos das Cidades, planos, fundos e seus Conselhos Gestores; Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores; A iteração da política urbana no território; Relação entre os programas governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a política de desenvolvimento urbano.

Os trabalhos se iniciaram com a cerimônia de Abertura Oficial realizada no dia 19 de junho, sábado, com continuidade no domingo, 20, com a plenária para aprovação do Regimento da Conferência.

Segunda-feira, dia 21, iniciaram-se os trabalhos de grupo nos quatro referidos eixos do tema. Também nesse dia foi realizada uma cerimônia política com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, dentre outras autoridades, convidados e delegados do evento.

Em seu discurso, o Presidente abandonou o discurso oficial, falando de improviso e em tom de despedida, ressaltou a importância desse fórum de debates desde

## Amadurecimento e sedimentação

Comparando essa 4ª Conferência com as demais já realizadas, constatou-se que houve um processo de amadurecimento e compreensão dos temas tratados, embora com, aparentemente, um número menor de participantes e com menor apelo político.

No entanto, ficou evidente a sedimentação do processo de conferência, no caso a das cidades, como fórum importante para a discussão, condução e acompanhamento dos assuntos urba-

nos, com diversidade de óticas, através dos segmentos que dela participam: movimento social, trabalhadores, empresários, membros dos Poderes Legislativos e Executivos, entidades profissionais e acadêmicas e de pesquisa.

Este evento proporciona grande oportunidade para manifestações sobre o desenvolvimento das cidades, espaço habitado por mais de 80% da população brasileira, sob os mais diferentes pontos de vista.

2003, ocasião da realização da 1ª Conferência, na qual foram debatidos diversos assuntos relativos ao desenvolvimento das cidades, sob os mais diversos ângulos e por diversos segmentos. Outro fato importante foi a assinatura de Decreto, pelo Presidente, regulamentando a Lei 11445/2007, que define a política Federal de Saneamento.

Já na terça-feira, 22, tiveram prosseguimento os trabalhos dos grupos, bem

como o início do processo eletivo para a composição do Conselho Nacional das Cidades, para o período de 2010 a 2013, em seus diversos segmentos.

O encerramento se deu no dia 23 de junho, quarta-feira, com a realização da Plenária para a apreciação e debate final dos assuntos abordados nos grupos, dentro dos eixos do tema da Conferência, para o encaminhamento ao Ministério das Cidades.

## Espaço do engenheiro

### A criatividade de um engenheiro

O engenheiro eletricitista Elson Oliveira informa ao Jornal do Engenheiro que encontrou com um pedido de registro de patente de um bloco de concreto com encaixe “tipo cunha”. “Trata-se de um dispositivo altamente econômico, pois dispensará a utilização de argamassa entre os blocos e também o arcaico emboço dos mesmos, isto é, se as paredes estiverem bem niveladas, será suficiente a aplicação de uma massa corrida”, explica o inventor.



Fotos: Arquivo pessoal de Elson Oliveira

Imagens do tijolo de encaixe “tipo cunha”, criado pelo engenheiro Elson Oliveira

“Conforme mostram as fotografias, ele será de grande valia porque proporcionará uma grande economia em termos de mão-de-obra, tempo e materiais. Na mão de obra, como os blocos serão encaixados, o

tempo de montagem da parede será bem menor e, conseqüentemente, o número de pedreiros também. Já em termos de materiais, a economia acontecerá com a supressão da argamassa entre os blocos, o

que acarretará na diminuição de peso ao final da obra”, garante Elson.

Segundo o engenheiro o pedido de patente, feito este ano, tem como tempo previsto para o registro definitivo, cerca de 3 anos. Ele acrescenta que o bloco não foi testado ainda em grandes construções, por ser um invento recente, mas afirma que seu objetivo principal é a construção de casas (populares ou não) e muros.

• Os profissionais que desejarem opinar sobre o assunto, ou enviar outras contribuições para a Coluna Espaço do Engenheiro podem enviar a contribuição para [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

# Sem página vir

**Torturadores impunes. O STF rejeitou excluir os crimes de tortura da Lei da Anistia. Diversas entidades pelos direitos humanos levam o caso à Corte Interamericana**

O Presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, concedeu entrevista ao Jornal do Engenheiro, sobre a Lei da Anistia. Wadih fala sobre direitos humanos, tortura e sobre as críticas que a declaração do Supremo provocou, inclusive com repercussão internacional. E declara: “Ao rejeitar a exclusão dos crimes de tortura da Lei da Anistia, proposta pela OAB, o Supremo Tribunal Federal abriu mão de situar o Brasil ao lado dos países que também passaram por ditaduras e souberam resgatar a própria história.” É importante lembrar que outros países sul-americanos, como a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Peru e o Uruguai, levaram à justiça os acusados de violar os direitos humanos, durante períodos sob regime militar.

Os crimes cometidos contra a humanidade foram denunciados por entidades de direitos humanos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil-RJ); Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, na Comissão de Direitos Humanos da Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA). Wadih Damous acredita que o Estado brasileiro seja condenado e que a sentença saia ainda no segundo semestre deste ano.

**JE** - Em abril foi julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) a ADPF 153, que é uma solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a Lei de Anistia, pedindo uma definição dos ministros da corte suprema, no sentido de que a anistia não vale para os crimes de tortura, assassinatos, estupro de prisioneiras e desaparecimentos forçados (crime de lesa-humanidade) cometidos pelos agentes públicos a serviço do estado brasileiro durante a ditadura militar. No seu entendimento, a decisão do STF foi um retrocesso, deixando os torturadores impunes?

**Wadih Damous** – Ao rejeitar a exclusão dos crimes

de tortura da Lei da Anistia, proposta pela OAB, o Supremo Tribunal Federal abriu mão de situar o Brasil ao lado dos países que também passaram por ditaduras e souberam resgatar a própria história e seus dolorosos fatos, dizendo ao mundo que torturadores não podem ser perdoados. Crimes de lesa-humanidade não encontram guarida nas constituições democráticas e no respeito aos direitos humanos, que é o pilar civilizatório das nações.

A decisão foi um retrocesso e gerou um perigoso precedente. Além de significar que os velhos criminosos da ditadura não vão para a cadeia. Deu quase um passe livre para os torturadores de hoje, aqueles que não raro espancam e até matam cidadãos humildes, geralmente pobres e negros, que estão sob sua custódia nas celas das delegacias brasileiras.

**JE** - Com o objetivo de pressionar o Estado, entidades como a OAB; o Cejil-RJ; o Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo denunciaram os crimes cometidos na Comissão de Direitos Humanos da Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Corte acatou e iniciou o julgamento, entre os dias 20 e 21 de maio, na Costa Rica. Como está o andamento do processo? Quando deve haver um fechamento pela Corte Interamericana da OEA? Este representa mais um passo rumo à abertura definitiva dos arquivos da ditadura militar?

**Wadih Damous** – A sentença é esperada para o segundo semestre deste ano, e o Estado brasileiro deve ser condenado. Se houver uma reprovação na Corte em relação ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), vai ser gerado um confronto entre as duas decisões. E o Brasil é signatário de tratados internacionais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que vão no sentido contrário. Essa convenção foi posteriormente ratificada no âmbito interno por um decreto legislativo

Arquivo OAB-RJ



“Aqui, os torturadores podem ser repudiados, mas não condenados”

**Wadih Damous**  
Presidente da OAB-RJ

# rada

## a Lei da Anistia. Interamericana da OEA

e outro decreto do Executivo. Além disso, o Brasil faz parte da Organização dos Estados Americanos. Por isso, a decisão da Corte terá peso no sentido de abrir os arquivos, conhecer de fato o que aconteceu e julgar os culpados pelas mortes e desaparecimentos.

A OAB-RJ encaminhou à Corte uma petição oficializando o seu pedido de ingresso como *amicus curie* (amigo da corte) na ação sobre o Caso Guerrilha do Araguaia. Na petição, nós esclarecemos juridicamente aos integrantes da Corte Interamericana as leis existentes no Brasil, especialmente a Lei de Anistia e a recente decisão do STF de interpretá-la como absolvição dos torturadores. A OAB/RJ deixa claro que, em nenhum momento, a entidade emitiu parecer favorável à concessão da anistia ampla, geral e irrestrita aos torturadores, assim como expõe a sua interpretação de que uma condenação internacional se sobrepõe à recente decisão do STF de que a anistia concedida pela Lei 6.683 de 1979 incluiu todos os que cometeram crimes políticos ou conexos, inclusive o de tortura.

**JE** - O que leva o Brasil a ser o único País da América Latina a não abrir os arquivos da ditadura militar?

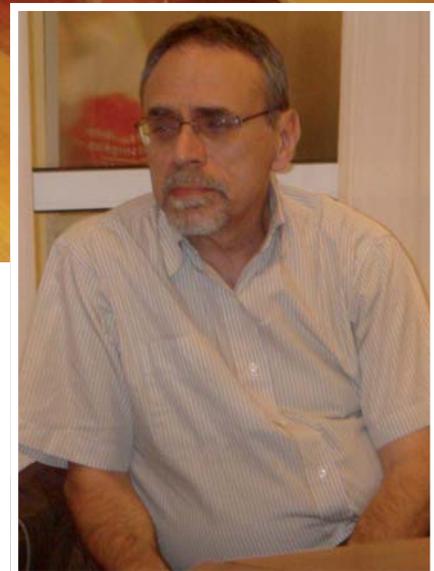
**Wadih Damous** – Há medo de enfrentá-las e, talvez, essa característica seja uma das razões pelas quais sofremos uma ditadura tão longa, comparada às vividas por outros povos da América Latina. Há sempre vozes temerosas de que nossa estabilidade institucional possa ser abalada se desagradarmos setores militares ultrapassados.

Aqui, os torturadores podem ser repudiados, mas não condenados. Um bom sinal é que não foram poucos os militares que se manifestaram, nos jornais, tristes pela decisão. Um deles escreveu que o STF jogou fora a chance de se fazer um acerto de contas com a História, separando o joio do trigo para eliminar, assim, a ideia de que todos compactuaram com as barbaridades cometidas.

Fotos: Júlia Gaspar



Acima, diretores do SENGE-RJ e convidados para o debate. Ao lado, o engenheiro especialista em transportes Joaquim Aragão



# Trem-Bala e capacitação tecnológica

O pesquisador da UNB Joaquim Aragão defende a implantação do Trem-Bala, mas considera que o Brasil tem pouco investimento tecnológico, porque a capacidade técnica do país está ruim e há um desinvestimento na educação

O SENGE-RJ convidou o engenheiro especialista em transportes Joaquim Aragão, pesquisador da UNB, para falar sobre o Trem-Bala, no SENGE-RJ, dia 11 de junho. O Trem-Bala é concebido como transporte de alta velocidade entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, como alternativa ao transporte aéreo, com a perspectiva de 85 minutos no tempo de deslocamento entre Rio e São Paulo. “Esta é uma enorme oportunidade, desde que seja entendida como uma catapulta entre duas cidades”.

Joaquim Aragão afirma que, no Brasil, há pouco investimento na área tecnológica, porque a capacidade técnica, aqui, está ruim. “A nossa capacidade técnica está no chão, a nossa máquina está destruída. Hoje, os projetos são de

uma pobreza enorme. Os projetos do setor privado são de uma indulgência de chorar”, garante.

O especialista explica que o país perdeu muito tempo e muito recurso intelectual. “Como podemos fazer projetos tão ruins?”, indaga Joaquim que, logo depois, responde à própria pergunta: “Estamos 'pagando o pato' pelo desinvestimento na educação, a nossa incapacidade de fazer projetos é o gargalo”. Além da falta de planejamento e capacitação técnica no contexto atual, Joaquim Aragão explica que a infraestrutura precisa estar inserida na paisagem local.

Joaquim considera o Trem-Bala uma oportunidade de dar um salto na industrialização. “O Trem-Bala demonstraria que não somos um país pobre e é um sinalizador de tecnologia no mundo”, diz o especialista.



### PÁSSAROS

*O vôo, o pouso  
o menear da cabeça  
alegria às avessas  
de um ser nervoso*

*o gorgueio sonoro  
as cores das penas  
montam cenas  
de convites ao namoro*

*tem rigorosa dieta  
come e bebe pouco  
voa, pula como um louco  
faz coisas de atleta*

*a aparente leveza  
da paz, ao plainar sem limites  
para ele o despertar do apetite  
a caça e a procura de uma presa*

*sempre a espreitar  
irriquieto, saltitante  
por ser elo importante  
na cadeia alimentar*

*ao escrever sobre animais  
na linguagem dos homens  
omitimos instintos naturais  
de emoções ainda sem nome*

*presentes na poesia  
animal festejador  
canta e dança em torno da flor  
visual que extasia*

*fico com o colorido  
o canto, o trinado  
o vôo bailado  
e o seu viver divertido*

Raul Pessôa, engenheiro civil



• Foto de uma queimada às margens da estrada BR-040, Rio-Juiz de Fora, próximo ao km 30, entre Petrópolis e Três Rios. Carlos Fonseca, engenheiro e autor da foto, não pode garantir se a causa do incêndio foi balão, ponta de cigarro ou combustão espontânea. Mas, a propósito, aí vai o recado: Não solte balões!

### Ciência da Sapiência

No começo, ela é meio chata  
Derivada e integral para todo o lado  
Mas, com o tempo, ela desata  
Nenhum problema é complicado  
A Natureza que a todos encanta  
Ela explica e nem se espanta  
É aí que ela desabrocha  
Transformando até areia em rocha

No corpo humano ela se sublima  
Esta máquina mais que perfeita  
Também explica esta obra-prima  
O resto a medicina ajeita  
Aí, afirmo com certeza minha  
Oh, grande mãe Engenharia  
Nas ciências és mais que rainha  
Tu és a deusa da sabedoria

Elson Oliveira, engenheiro eletricista

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

### EXPLOSÃO EM COPACABANA

## Repórter do O Dia distorce declaração de diretor do SENGE-RJ

Na edição do Jornal "O Dia", de 01/07/2010, foi publicada uma declaração do Diretor de Comunicação do SENGE-RJ, Antonio Gerson de Carvalho, na matéria "Explosão de bueiro investigada",

sobre o acidente ocorrido com a explosão em uma galeria da Light, no bairro de Copacabana.

O Diretor informa não ter afirmado que o acidente teve relação com vazamento de gás e com curto circuito,

conforme foi colocado na notícia. Ele afirma que a sua declaração foi a seguinte: "É possível que o acidente tenha sido provocado por um vazamento de gás que ficou acumulado na galeria, e que alguma falha de

equipamentos da Light tenha provocado um curto circuito e a ignição, não seria a primeira vez que isso acontece. Todos sabemos como são falhas as manutenções feitas pelas concessionárias desses serviços".

# Balanço dos pisos salariais negociados em 2009

Dando continuidade à série de estudos sobre os pisos salariais negociados no Brasil, o DIEESE elaborou um balanço do ano de 2009. Neste estudo, foram analisados os pisos salariais registrados em acordos e convenções coletivas de 635 unidades de negociação, incluindo os reajustes alcançados, sendo que esta última variável se configura como uma novidade.

Constatou-se que aproximadamente 93% das unidades de negociação consideradas lograram obter aumentos reais para os pisos em 2009. Quanto à distribuição das negociações segundo faixas de ganho real obtido pelos pisos, há uma incidência similar entre as faixas que vão de 0,01% até 4% acima do INPC-IBGE<sup>1</sup> – em média, 12% das unidades de negociação estão em cada uma dessas faixas. Há uma incidência ainda mais relevante na faixa de ganho real entre 5,01% a 6% – 15,9% das unidades de negociação. Cabe dizer que nessa faixa se localiza também o aumento real obtido pelo salário mínimo oficial, em fevereiro de 2009, de 5,79% em relação ao INPC-IBGE.

A partir de uma análise por setor de atividade econômica, aquele que apresenta os melhores resultados é o rural, em que cerca de 97% dos pisos apresentaram aumento real em 2009. Importa ressaltar que não foram constatados reajustes abaixo do INPC-



IBGE em nenhuma negociação desse setor, o que pode ser explicado pela proximidade entre os pisos e o salário mínimo oficial.

Embora com a maior proporção de aumentos reais acima de 10% do INPC – em que se situam 9,4% das unidades de negociação, a indústria é o setor em que se observa a maior perda salarial do valor do salário de ingresso, um piso cuja perda localiza-se na faixa entre 6,01% a 7% abaixo do mesmo índice.

No comércio, observa-se maior concentração dos reajustes nas faixas de aumento real da ordem de 2,01% a 6% acima do INPC-IBGE, em especial na faixa de 5,01% a 6%, que corresponde à faixa do ganho real do salário mínimo oficial. Nesta faixa de ganho real, encontram-se 22,4% das unidades

de negociação do setor.

O setor de serviços obteve os resultados menos favoráveis: não só houve maior incidência de reajustes abaixo da variação do INPC-IBGE (5,9%), como também se observa a maior proporção de reajustes iguais ao índice (5,9%) e com aumentos reais de até 2% entre os setores analisados (16% das unidades de negociação).

Em termos da localização geográfica, os maiores pisos salariais analisados são os acordados pelas negociações realizadas na região Sudeste (R\$ 2.356,50) e Nordeste (R\$ 2.247,00) do país.

Considerando o significativo ganho real do salário mínimo, estabeleceu-se uma comparação entre este e os reajustes dos pisos salariais. Para tanto,

foram considerados somente os pisos salariais com aumento real. Destes, cerca de 30% obtiveram ganhos superiores ao do salário mínimo. Nenhum deles apresentou reajuste igual. Considerando o corte por setor econômico, a maior proporção de aumentos reais acima do obtido pelo salário mínimo é observada nas negociações do meio rural (43,3%), seguido pelas negociações da indústria (33,8%), do comércio (27,7%) e, por fim, dos serviços (21,1%).

Em termos de valores, na comparação com o valor do salário mínimo oficial, observa-se que significativa maioria dos pisos salariais apresenta valores bastante próximos a este. Em 2009, cerca de 6% dos pisos analisados possuíam o mesmo valor do salário mínimo, e 57% valiam entre 1,01 e 1,25 salários mínimos. Assim, se por um lado é possível destacar o bom desempenho da negociação dos pisos salariais em 2009 – no que diz respeito, especificamente, aos reajustes –, por outro, chama atenção o fato de que os valores dos pisos ainda são fortemente referenciados pelo salário mínimo.

1) Tratam-se de quatro faixas de reajuste nesse intervalo: de 0,01% a 1% acima do INPC-IBGE; de 1,01% a 2%; de 2,01% a 3%; e de 3,01% a 4%.

• Para mais detalhes, encontra-se na página eletrônica do DIEESE a publicação Estudos e Pesquisas nº 53: Balanço dos pisos salariais negociados em 2009, disponível para sócios e assinantes.

**SALÁRIO  
MÍNIMO  
PROFISSIONAL**

LEI 4950-A/66



**ART**

**GARANTIA PARA O ENGENHEIRO  
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

## Nova lei exige candidatos sem dívida com a justiça

O advogado especializado em Direito Constitucional e Conselheiro Federal da OAB, Claudio Pereira de Souza Neto, explica os princípios da Lei Complementar 135, que protege a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato

**É** lei: político em débito com a justiça não pode se candidatar. A decisão é válida já para as eleições de 2010. A Lei do Ficha Limpa (Lei Complementar 135) impede o registro de candidatos que tenham sido condenados por órgão colegiado antes mesmo da publicação da norma, além de aumentar prazos de inelegibilidade de três para oito anos para quem está sendo processado ou já foi condenado com base na redação anterior da Lei das Inelegibilidades.

Para quem apoia e para quem não apoia, o fato é que a Lei do Ficha Limpa é um marco. Mas é importante não deixar de cobrar dos partidos e da própria sociedade a capacidade de escolher melhor os vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores e presidentes.

Claudio Pereira de Souza Neto é advogado especializado em Direito Constitucional e Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O especialista apoia a constitucionalidade da Lei e dá mais detalhes em entrevista ao JE.

*– O fato da lei estar valendo já para as eleições deste ano é constitucional, uma vez que a mudança de regras acontece muito próxima às eleições?*

**Cláudio Neto** - Eu entendo que a Lei é constitucional. A Constituição Federal já previa que os condenados por sentença transitada em julgado perderiam seus direitos políticos, ficando impossibilitados de concorrer às eleições. Ao mesmo tempo, prevê também que o legislador poderá criar novas hipóteses de inelegibilidade, considerando, no caso, a vida pregressa e a garantia da moralidade administrativa. Foi isso que fez o legislador ao editar a Lei da Ficha Limpa. Agora, para que o cidadão registre a sua candidatura, é necessário que não tenha sido condenado por decisão proferida por Órgão Colegiado. Com isso, preserva-se o princípio da presunção da inocência, sem que a Justiça Eleitoral se emita do controle da moralidade eleitoral.

Fotos: Arquivo OAB



Para Claudio Pereira de Souza Neto, a Lei é constitucional

*A decisão pode ir ao STF?*

**Cláudio Neto** - Pode. Como todas as questões que envolvem o exame da constitucionalidade das leis. É provável que chegue. Na verdade, acredito que vá.

*No seu entendimento, a lei é suficiente, ou poderia ser mais rigorosa?*

**Cláudio Neto** - É suficiente. Do jeito que está, é boa. Ao prever a presunção da inocência, preservou razoavelmente a sua constitucionalidade. O que poderia ser considerado inconstitucional, ou seja, os casos em que não há sentença transitada em julgado, está sendo decidido pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRÊS), que, inclusive, já estão negando registro a alguns candidatos. O que poderia ser excesso da Lei está sendo examinado pelos tribunais eleitorais.

## Primeira Rodada de Negociações na EPE

Reuniram-se na EPE, dia 24 de junho, a representação sindical e a representação da empresa para a primeira rodada de negociação. A pauta de reivindicações foi discutida em suas linhas gerais, principalmente as expectativas maiores dos empregados com relação a seu futuro na empresa, a questão de continuar ou não tendo como referência o setor elétrico ou as agências reguladoras, suas vantagens e desvantagens. Também foi discutida a questão da representação dos empregados na mesa de negociações. Os Sindicatos se comprometeram em levar esta questão aos empregados da EPE para uma próxima reunião a ser convocada com a maior brevidade possível.

Os Sindicatos apresentaram à EPE a proposta que está sendo encaminhada aos trabalhadores do setor elétrico com grandes chances de ser aprovada, uma vez que a Eletrobrás melhorou muito sua proposta anterior fruto de uma paralisação de 72 horas nos dias 9,10 e 11 de junho.

Ficou acordado que na próxima semana, após a possível aprovação da proposta do setor elétrico, os Sindicatos serão convocados para uma nova reunião, na qual um calendário de reuniões será definido entre as partes para que o processo negocial ganhe celeridade e evite repetir a morosidade dos anos anteriores. A EPE começará a fazer suas gestões junto ao DEST, no sentido de construir uma proposta a ser apresentada no prazo mais rápido possível aos sindicatos.

## Diretoria executiva tem cargos definidos

Conforme determina o estatuto do SENGE-RJ, foi definido em reunião colegiada, dia 22 de junho de 2010, os cargos dos diretores da Diretoria Executiva. São eles: Olimpio Alves dos Santos (Presidente); Lusía Maria de Oliveira Furnas (Vice-Presidente); Clovis Nascimento (Diretor Administrativo e Financeiro); Paulo Cesar Quintanilha (Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro); José Amaro Barcelos Lima (Secretário Geral); Maria Virgínia Martins Brandão (Secretária Geral Adjunta); Paulo Cesar Nayfeld Granja (Diretor de Assuntos Jurídicos); Flávio Ribeiro Ramos (Diretor Adjunto do departamento jurídico); Gunter de Moura Angelkort (Diretor de Negociações Coletivas); Agamenon Rodrigues Eufrásio de Oliveira (Diretor Adjunto de Negociações Coletivas); Antonio Gerson Ferreira de Carvalho (Diretor de Comunicação); Miguel Santos Leite Sampaio (Diretor Adjunto de Comunicação); Lusía Maria de Oliveira (Diretora de Apoio ao Profissional); Carlos Alberto da Cruz (Diretor Adjunto de Apoio ao Profissional); Luiz Antonio Cosenza (Diretor de Interiorização); Antonio Carlos Soares Pereira (Diretor Adjunto de Interiorização).